

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 8.489, DE 2017

Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.

Autor: Deputado LUIS TIBÉ

Relator: Deputado WALDIR MARANHÃO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise pretende assegurar às pessoas com dislexia ou outros transtornos funcionais específicos, comprovados por laudo médico, o direito de prestar provas para acesso a emprego ou em instituições de ensino, com recursos adequados à sua condição.

Entre esses recursos, a proposição destaca maior tempo para realização das provas, disponibilidade de leitor e redator de respostas ditadas pelo examinando com dislexia.

No caso das escolas, o projeto determina que seus projetos político-pedagógicos disponham sobre os meios adequados para a prestação de exames e avaliação de desempenho de forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, de acordo com princípio geral constante do art. 24, V, “a”, da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional.

A proposição, sujeita à apreciação conclusiva das comissões, está distribuída para esta Comissão de Educação (análise de mérito) e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (análise de constitucionalidade e juridicidade).

II - VOTO DO RELATOR

Tem razão o ilustre autor da proposição em exame. O processo de ensino-aprendizagem, dentro do qual se insere a avaliação de desempenho, apresenta características e obstáculos para os educandos com dislexia, requerendo procedimentos pedagógicos e didáticos especiais e, conseqüentemente, professores adequadamente preparados para sua utilização.

Como salienta a justificação do projeto, citando Vicente Martins, professor de Linguística da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA, no estado do Ceará, “a dislexia é a incapacidade parcial de a criança ler compreendendo o que se lê, apesar da inteligência normal, audição ou visão normais e de serem oriundas de lares adequados, isto é, que não passem privação de ordem doméstica ou cultural”.

Esse transtorno se reflete no desempenho em provas e avaliações rotineiras, quando administradas em condições que não contemplam as especificidades das pessoas com dislexia. O texto ressalta que dificuldades similares se aplicam a estudantes com outros transtornos específicos de aprendizagem, como a discalculia, disortografia e disgrafia, ou ainda com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

A intenção da proposição é meritória. No entanto, o impacto desses transtornos não ocorre apenas no momento da aferição da aprendizagem, mas faz-se presente ao longo de toda a trajetória escolar. Desse modo, o atendimento pedagógico e didático específico, quando requerido, deve ser oferecido de modo continuado.

Na realidade, trata-se de uma vertente da modalidade de educação especial (na concepção de educandos com necessidades especiais ou, melhor dizendo, específicas) que, hoje, na lei de diretrizes e bases da educação nacional, contempla apenas os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esse capítulo da lei prevê uma série de condições especiais de atendimento

educacional, das quais diversas também são necessárias para o êxito escolar dos alunos com transtornos específicos de aprendizagem ou déficit de atenção e hiperatividade. Entre elas, professores capacitados; processos, métodos e técnicas adequados; serviços de apoio especializado, etc.

Desse modo, acolhendo a relevante intenção do autor da iniciativa, parece oportuno introduzir, de modo mais amplo, esse contingente de estudantes entre aqueles com direito a atendimento escolar no contexto da modalidade de educação especial.

Por outro lado, é relevante resguardar condições especiais para essas pessoas quando candidatos em processos seletivos de admissão em instituições de ensino ou a cargo ou emprego.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei nº 8.489, de 2017, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 2018.

Deputado WALDIR MARANHÃO
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.489, DE 2017

Altera os arts. 58 e 59 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os educandos destinatários das especificidades da educação especial, aqueles com transtornos específicos de aprendizagem e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

.....
Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos referidos no “caput” do art. 58:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organização e processos de avaliação específicos, para atender às suas necessidades;

.....”(NR).

Art. 2º Os processos seletivos para acesso a instituições de ensino e a cargo ou emprego contemplarão as necessidades do candidato com transtorno específico de aprendizagem ou déficit de atenção e hiperatividade, assegurados, sempre que necessários, entre outros recursos, tempo adicional suficiente para realização de provas e disponibilidade de leitor e redator de respostas ditadas pelo candidato.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 2018.

Deputado WALDIR MARANHÃO

Relator